



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2025

Município de Itapuca/RS

Secretaria Municipal de Obras

Necessidade da Administração: Contratação de empresa para prestação de serviços de pavimentação urbana em blocos de concreto intertravados

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto contratação de empresa para a execução de obra de pavimentação em blocos de concreto intertravados nas Ruas Orélio Gambatto, Pedro de Marchi e Ricardo Fregoniesi, conforme condições e exigências estabelecidas neste termo e os documentos elaborados pela engenharia;

1.2. O prazo do contrato será de 12 meses a contar da data da ordem de início, sendo que o prazo para execução dos lotes será de 90 (noventa) dias a contar da ordem de início e conforme cronograma físico financeiro;

1.3. Ambos os prazos poderão ser prorrogados, desde que solicitado durante a vigência do prazo original, mediante justificativa da futura contratada e aceite da contratante.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A pavimentação das ruas proporciona uma infraestrutura adequada para a implantação de novos serviços urbanos, como redes de esgoto, drenagem e energia elétrica. Além disso, o desenvolvimento de uma área urbana bem estruturada torna-se mais atrativa para novos empreendimentos e investimentos, contribuindo para o crescimento econômico na região;

2.2. Demais requisitos de fundamentação e da necessidade da contratação encontram-se descritas junto a Estudo Técnico Preliminar.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta é a contratação de empresa para execução de obra de pavimentação de vias urbanas na cidade de Itapuca conforme as especificações/condições descritas neste Estudo, Termo de Referência, Edital e documentos de engenharia que farão parte do processo de licitação;

3.2. A pavimentação das ruas da área urbana é uma intervenção fundamental para a melhoria da infraestrutura e qualidade de vida dos habitantes. Com planejamento técnico detalhado, execução qualificada, a pavimentação contribuirá para um ambiente urbano mais seguro, acessível e sustentável, promovendo benefícios duradouros para a comunidade;

3.3. As obras deverão ser executadas por empresa com comprovada qualificação para execução de tais serviços, sob a responsabilidade técnica de profissional habilitado, acompanhadas da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA (ou documento equivalente). A fiscalização será efetuada pela Contratante através de pessoal qualificado e com auxílio de Responsável Técnico;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

3.4. A obra e suas instalações deverão ser entregues completas, limpas e em condições de trafegabilidade.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O objeto da contratação tem natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021;

4.2. A empresa deverá demonstrar capacidade técnica para realizar pavimentação em diferentes tipos de solo e condições de drenagem, incluindo o uso de materiais adequados para o tipo de pavimento desejado (bloquetes de concreto intertravados);

4.3. Da empresa a ser contratada, caso vencedora do certame, deverá ser exigida a apresentação de certidões ou atestados, regularmente registrados junto ao conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação;

4.4. A contratada deverá apresentar responsável técnico pela execução, sendo este, possuidor de no mínimo uma CAT (Certidão de Acervo Técnico), onde o mesmo tenha executado serviços/obras de características semelhantes aos que se pretende contratar. O responsável técnico apresentado pela Empresa será o responsável pela emissão da ART (anotação de responsabilidade técnica) ou documento equivalente;

4.5. A futura Contratada deverá ainda oferecer itens e materiais que estejam dentro das normas e que atendam aos padrões de segurança do trabalho, oportunizando aos usuários conforto e bem estar quando da realização de suas atividades;

4.6. O licitante vencedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços prestados, também deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

4.7. A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, materiais e corpo técnico especializado, para o fornecimento dos serviços, sem qualquer ônus adicional ao Município, devendo providenciar a adequada destinação ambiental de eventuais resíduos decorrentes dos serviços prestados;

4.8. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das Propostas de Preços;

4.9. A empresa registrada no Contrato deverá prestar somente os serviços que atendam integralmente às características e especificações consignadas em sua proposta comercial, atendendo toda a legislação pertinente em vigor, bem como observando as condições e prazos propostos, assumindo toda e qualquer responsabilidade por sua integridade;

4.10. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento de menor preço global por lote, conforme artigos 6º, XXXVIII, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021;

4.11. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

título habilitação, os documentos jurídicos, técnicos e trabalhistas nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O serviço será prestado no perímetro urbano do Município de Itapuca, junto as Ruas Orélio Gambatto, Ricardo Fregonesi e Pedro de Marchi;

5.2. Início da execução do objeto: Após a emissão da ordem de início com conclusão em até 90 (noventa) dias conforme cronograma;

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os profissionais, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário, sem qualquer ônus adicional ao Município.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, os serviços serão prorrogados pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

6.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

6.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

6.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

6.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

6.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

6.10. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

- 6.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 6.12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 6.13. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução dos serviços, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RECEBIMENTO.

- 7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento do objeto, mediante a emissão do boletim de medição conforme cronograma de execução;
- 7.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela mesma empresa (razão social e CNPJ) que se habilitou a apresentou a proposta financeira para este processo;
- 7.3. A Nota Fiscal emitida pela licitante vencedora poderá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Pregão e Contrato, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;
- 7.3.1. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice do IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata;
- 7.4. O pagamento será efetuado via transferência bancária ou boleto, para tanto, informações da conta deverão ser disponibilizadas na proposta financeira;
- 7.5. O preço cotado deverá ser fixo e irrevogável até a entrega total do objeto;
- 7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou na inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas sanadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;
- 7.7. Para pagamento da primeira parcela, deverá ser exigida ART ou RRT da Execução da Obra;
- OBS.1:** O Município poderá a cada nota fiscal emitida pela Contratada solicitar a apresentação das guias de recolhimento do FGTS e INSS dos colaboradores alocados na obra referente ao mês anterior;

OBS.2: Nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal do Brasil e de acordo com a tese fixada no Tema nº. 1130 da Repercussão Geral do STF que deu interpretação conforme à Constituição Federal do art. 64 da Lei Federal nº. 9.430/1996 para atribuir aos Municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos pela Administração Municipal a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, para fins de imposto de renda retido na fonte de que trata o art. 158, inciso I da Constituição Federal, nas contratações de empresas enquadradas no sistema de lucro presumido ou lucro real, será observado o disposto no art. 64



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

da Lei Federal nº. 9.430/96 e também a Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal do Brasil, devendo a empresa destacar o valor a ser retido, na respectiva Nota Fiscal, conforme dispõe o parágrafo segundo do artigo 2º da IN 1234/2012;

OBS.3: Para fins de conhecimento, informa-se que a Lei Municipal nº 2.718 de 29 de agosto de 2025 alterou a base de cálculo do ISS dos subitens 7.02 e 7.05 para o preço total do serviço prestado, incluindo o material empregado no serviço, atendendo posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, as notas fiscais emitidas para o Município de Itapuca, a contar de 1º de janeiro de 2026, deverão destacar corretamente a retenção do ISS, conforme lei aprovada.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, da forma eletrônica, sendo adotada a modalidade de Pregão, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**;

8.2. O fornecedor que apresentar a melhor proposta deverá apresentar os seguintes documentos para comprovar sua **Regularidade Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista e Técnica**:

8.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021;
- e) Declaração assinada pelo representante da empresa, sob pena de inabilitação, conforme art. 44 da Portaria Interministerial 424/2016, de que: não consta no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União; não consta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como impedida ou suspensa e que não consta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

8.2.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

- c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

8.2.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;
- c) Para comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula, devendo a licitante apresentar as mesmas já calculadas referentes aos dois últimos exercícios já encerrados:

$$\frac{AC}{PC} \text{ LIQUIDEZ CORRENTE:} \text{-----} = \text{índice mínimo: } 1,00$$

$$\frac{AC + ARLP}{PC + PELP} \text{ LIQUIDEZ GERAL:} \text{-----} = \text{índice mínimo: } 1,00$$

Onde: AC = Ativo Circulante; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo.

8.2.4. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório;

8.2.5. Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil;

8.2.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.2.7. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade;

8.2.7.1. A substituição referida no item 8.2.7 somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo;

8.2.8. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

8.2.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a)** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b)** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.2.10 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.2.11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.2.11.1. Para fins de habilitação de qualificação técnica as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Declaração, de que recebeu todos e documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, bem como, prova feita por intermédio da apresentação, em original, do ATESTADO DE VISITA fornecido e assinado pelo servidor do Município de Itapuca, ou declaração da licitante de que o seu Responsável Técnico ou outro profissional de qualificação correlata visitou o local da execução dos serviços e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação, quando for o caso. O ATESTADO DE VISITA pode ser substituído por declaração em que o licitante ateste que conhece o local e as condições de realização do objeto do contrato, conforme o § 2º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) Capacidade técnica operacional:

b.1. Registro ou Inscrição do licitante no Conselho Regional de Classe (CREA/CAU) da região da sede da empresa;

b.2. Apresentação de certidões ou atestados, em nome da empresa licitante, regularmente registrados junto ao conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância e quantitativos mínimos definidos neste edital.

b.3. As características semelhantes para comprovação da capacidade operacional do licitante, na forma do art. 67, inc. II, da Lei Federal n. 14.133/2021, são cumulativamente:

Item	Descrição dos Serviços	Quantidade Mínima
1	Pavimentação com bloquetes de concreto intertravado modelo onda / 16 faces / retangular / tijolinho / paver / holandês / paralelepípedo	195,00m ²
2	Assentamento de meio fio	45,00m

b.4. O licitante deverá comprovar sua experiência anterior na execução de todos os serviços discriminados, mediante apresentação de atestados de obras já concluídas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

b.5. Será admitida a soma de atestados ou certidões apresentados pela licitante, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.2.11.2 – Capacidade técnica profissional:

a) Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Classe – CREA/CAU da região da sede da empresa;

b) Comprovação de que o licitante possui profissional devidamente registrado no conselho profissional competente (CREA/CAU), e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços/obras de características semelhantes aos indicados neste edital, considerando-se as parcelas de maior relevância aquelas também definidas por este edital;

b.1. As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-profissional do licitante, na formado art. 67, inc. II, da Lei Federal n. 14.133/2021, são cumulativamente:

Item	Descrição dos Serviços
1	Pavimentação com bloquetes de concreto intertravado modelo onda / 16 faces / retangular / tijolinho / paver / holandês / paralelepípedo
2	Assentamento de meio fio

b.1.1. A licitante deverá comprovar o vínculo do (a) profissional responsável técnico (a) por meio de carteira de trabalho, contrato social ou contrato de prestação de serviço, na data da licitação;

b.1.2. O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra objeto desta licitação;

b.1.3. Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência do Responsável Técnico, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execução de todos os serviços discriminados;

b.1.4. No caso de dois ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas;

b.1.5. Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Agente de Contratação e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Para a presente contratação almejada, estima-se o valor total de **218.743,62** (duzentos e dezoito mil setecentos e quarenta e três reais e sessenta e dois centavos);

9.2. A pesquisa de preços fora realizada nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

06 - Secretaria Municipal de Obras.

1003 – Manutenção e Pavimentação de Ruas e Avenidas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

449051-1500/0001 - OBRAS E INSTALAÇÕES.

449051-1754/1080 - OBRAS E INSTALAÇÕES.

449051-1754/1082 - OBRAS E INSTALAÇÕES.

Itapuca/RS, 07 de novembro de 2025.

Elizandro Ferreira Taborda
Secretário Municipal de Obras

Renato Reck
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão